CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul
INTEGRANDO PROFISSIONAIS E SOCIEDADE

Atribuição e Titulação

1.1 Legislação Federal

✓ Lei n. 2.800 , de 18 de junho de 1956
Cria os Conselhos Federais e Regionais de Química dispõe sobre a profissão do químico e dá outras providências.

✓ Lei n. 4.076, de 23 de junho de 1962
Regula o exercício da profissão de Geólogo.

✓ Lei n. 4.643 , de 31 de maio de 1965
Determina a inclusão da especialização de engenheiro florestal na enumeração do art. 16 do Decreto-lei n. 8.620, de 10 de janeiro de 1946.

✓ Lei n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966
Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências. *As revogações e modificações. Vide final do texto*

✓ Lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968
Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.

✓ Lei n.6.619, de 16 de dezembro de 1978
Altera dispositivos da Lei n.5.194 ,de 24 de dezembro de 1966,e dá providências.

✓ Lei n. 6.664, de 26 de junho de 1979
Disciplina a profissão de Geógrafo e dá outras providências. *Alterada a redação pela Lei n. 7.399/1985*

✓ Lei n. 6.835, de 14 de outubro de 1980
Dispõe sobre o exercício da profissão de Meteorologista, e dá outras providências.

✓ Lei n. 6.839, de 30 de outubro de 1980
Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

✓ Lei n. 7.399, de 4 de novembro de 1985
Altera a redação da Lei n. 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo.

✓ Lei n. 7.410, de 27 de novembro de 1985
Dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências.

✓ Lei n. 8.195, de 26 de junho de 1991
Altera a Lei n. 5.194, de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, dispondo sobre eleições diretas para Presidente dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências.

✓ Lei n. 8.734, de 25 de novembro de 1993
Acrescenta parágrafo ao art. 3º e revoga o art. 4º da Lei n. 6.994, de 25 de maio de 1982.

✓ Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

1.2 Decretos-Lei

✓ Decreto-Lei n. 24.693, de 12 de julho de 1934
Regula o exercício da Profissão de Químico.

✓ Decreto-Lei n.5.452, de 1º de maio de 1943
Aprova a consolidação das Leis de Trabalho.

✓ Decreto-Lei n.8.620, de 10 de janeiro de 1946
Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro ,de arquiteto e de agrimensor,regida pelo Decreto n.23.569, de 11 de dezembro de 1933 e dá outras providências.

✓ Decreto-Lei n. 9.585, de 15 de agosto de 1946
Concede o título de engenheiro agrônomo aos diplomados por estabelecimento de ensino superior de Agronomia.

✓ Decreto-Lei n.241, de 28 de fevereiro de 1967
Inclui entre as profissões cujo o exercício é regulado pele Lei n.5. 194,de 1966,a profissão de engenheiro de operação.

✓ Decreto-Lei n.968, de 13 de outubro de 1969
Dispõe sobre o exercício da supervisão ministerial relativamente às entidades incumbidas da fiscalização do exercício de profissões liberais.

1.3 Decretos

✓ Decreto n. 23.196, de 12 de outubro de 1933
Regula o exercício da profissão agronômica e dá outras providências.

✓ Decreto Federal n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933
Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor.

✓ Decreto n. 85.138, de 15 de setembro de 1980
Regulamenta a Lei n. 6.664, de 26 de junho de 1980, que disciplina a profissão de geógrafo, e dá outras providências.

✓ Decreto n. 85.877, de 7 de abril de 1981
Estabelece normas para execução da Lei n. 2.800, de 18 de junho de 1956, sobre o exercício da profissão de químico, e dá outras providências.

✓ Decreto n. 90.922, de 6 de fevereiro de 1985
Regulamenta a Lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968, que "dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau". *Alterada a redação dos artigos 6º, 9º e 15º e revogado o art. 10 pelo Decreto 4.560, de 30 de dezembro de 2002.*

✓ Decreto n. 92.290, de 10 de janeiro de 1986
Regulamenta a Lei n. 7.399, de 4 de novembro de 1985, que altera a redação da Lei n. 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de geógrafo.

✓ Decreto n. 92.530, de 9 de abril de 1986
Regulamenta a Lei n. 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências.

✓ Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997
Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

✓ Decreto n. 4.560, de 30 de dezembro de 2002
Altera o Decreto n. 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.

✓ Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006
Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

1.4 Resoluções

Atribuição e Título Profissional

✓ n. 218, de 29 de junho de 1973
Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

✓ n. 235, de 9 de outubro de 1975
Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Produção.

✓ n. 241, de 31 de julho de 1976
Discrimina as atividades Profissionais do Engenheiro de Materiais.

✓ n. 256, de 27 de maio de 1978
Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro Agrícola.

✓ n. 262, de 28 de julho de 1979
Dispõe sobre as atribuições dos Técnicos de 2º Grau, nas áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. *Revogado o art. 2º, exceto seu parágrafo único, pela Resolução n. 473 de 26 de novembro de 2002 (D.O.U. 12 de dezembro de 2002– Seção 1, pág. 358/359)*

✓ n. 278, de 27 de maio de 1983
Dispõe sobre o exercício profissional dos Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas de Nível Médio ou de 2º Grau e dá outras providências.

✓ n. 279, de 15 de junho de 1983
Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de pesca.

✓ n. 288, de 7 de dezembro de 1983
Designa o título e fixa as atribuições das novas habilitações em Engenharia de Produção e Engenharia Industrial.

✓ n. 308, de 21 de março de 1986
Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro Químico - Modalidade Têxtil.

✓ n. 310, de 23 de julho de 1986
Discrimina as atividades do Engenheiro Sanitarista.

✓ n. 313, de 26 de setembro de 1986
Dispõe sobre o exercício profissional dos Tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização instituídas pela Lei n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e dá outras providências. *Revogado o art. 16, pela Resolução n. 473 de 26 de novembro de 2002 (D.O.U de 12 de dezembro de 2002 - Seção 1, pág. 358/359).*

✓ n. 359, de 31 de julho de 1991
Dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho e dá outras providências.

✓ n. 380, de 17 de dezembro de 1993
Discrimina as atribuições provisórias dos Engenheiros de Computação ou Engenheiros Eletricistas com ênfase em Computação e dá outras providências.

✓ n. 427, de 5 de março de 1999
Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Controle e Automação.

✓ n. 447, de 22 de setembro de 2000
Dispõe sobre o registro profissional do engenheiro ambiental e discrimina suas atividades profissionais

✓ n. 473, de 25 de outubro de 2002
Institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea e dá outras providências.

✓ n. 1.010, de 22 de agosto de 2005
Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.
RETIFICAÇÃO do inciso X do art. 2º e § 4º do art. 10, publicado no D.O.U de 21 de setembro de 2005 – Seção 3, pág. 99. Nova redação do art. 16 e inclusão do Anexo III, aprovados pela Resolução nº 1.016, de 25 de agosto de 2006. Publicada no D.O.U de 4 de setembro de 2006. Seção 1 - Pág. 116 a 118.

✓ n. 1.016, de 25 de agosto de 2006
Altera a redação dos arts. 11, 15 e 19 da Resolução nº 1.007, de 5 de dezembro de 2003, do art. 16 da Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, inclui o anexo III na Resolução nº 1.010, de 2005, e dá outras providências

1.5 Decisões Normativas do Confea em vigor

✓ n. 001, de 10 de abril de 1981
Dispõe sobre mão-de-obra contratada pelo proprietário.

✓ n. 029, de 27 de maio de 1988
Estabelece competência nas atividades referentes a Inspeção e Manutenção de Caldeiras e Projetos de Casa de Caldeiras.

✓ n. 030, de 26 de agosto de 1988
Dispõe sobre anotação das atribuições profissionais decorrentes de currículo cumprido antes da Resolução 218, de 1983.

✓ n. 032, de 14 de dezembro de 1988
Estabelece atribuições em projetos, execução e manutenção de Central de Gás.

✓ n. 034, de 9 de maio de 1990
Dispõe quanto ao exercício por profissional de Nível Superior das atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia. REVOGADA, de forma tácita, pela Resolução nº 345, de 27 de julho de 1990.

✓ n. 036, de 31 de julho de 1991
Dispõe sobre a competência em atividades relativas a elevadores e escadas rolantes.

✓ n. 044, de 21 de agosto de 1992
Dispõe sobre a titulação dos Técnicos Industriais e Agrícolas de 2º Grau.

✓ n. 047, de 16 de dezembro de 1992
Dispõe sobre as atividades de Parcelamento do Solo Urbano,as competências para executá-las e dá outras providências.

✓ n. 050, de 3 de março de 1993
Dispõe sobre o desempenho das atividades de Técnicos de 2º Grau em Meteorologia.

✓ n. 053, de 9 de novembro de 1994
Dispõe sobre a responsabilidade técnica nos serviços de operação de armazéns destinados ao beneficiamento e à guarda de produtos agrícolas.

✓ n. 059, de 9 de maio de 1997
Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas que atuam nas atividades de planejamento,pesquisa,locação,perfuração limpeza e manutenção de poços tubulares para a captação de água subterrânea e dá outras providências.

✓ n. 061, de 27 de março de 1998
Estabelece as competências dos Engenheiros Agrônomos e Engenheiros Agrícolas, quanto às atividades de projeto e execução de barragens de terra, e dá outras providências.

✓ n. 067, de 16 de junho de 2000
Dispõe sobre o registro e a anotação de responsabilidade técnica das empresas e dos profissionais prestadores de serviços de desinsetização, desratização e similares.

✓ n. 070, de 26 de outubro de 2001
Dispõe sobre a fiscalização dos serviços técnicos referentes aos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (pára–raios). *Não aplicada aos filiados da ABENC – Mandado de Segurança 2002.34.00.006739-4, Conforme Parecer Jurídico 166, de 2004, do Confea.*

✓ n. 071, de 14 de dezembro de 2001
Define os profissionais competentes para elaboração de projeto e utilização de explosivos para desmonte de rochas e dá outras providências.

✓ n. 072, de 13 de dezembro de 2002
Dispõe sobre responsabilidade técnica de atividade em projeto, execução e manutenção de estrada rural.

✓ n. 075, de 29 de abril de 2005
Define os profissionais competentes para executar as atividades de projeto e execução de serviços e obras de conservação e restauração em edifícios, monumentos e sítios de valor cultural, e em sua vizinhança ou ambiência. SUSPENSA.

✓ nº 079 de 28 de 04 de 2006
Dispõe sobre as atribuições do engenheiro florestal e engenheiro agrônomo no que se refere à Silvicultura

1.6 Atos Normativos do Crea-RS em vigor

✓ n. 002, 11 de maio de 1984
Estabelece critérios para o registro de responsabilidade técnica do laudo geológico para fins de viabilização do parcelamento do solo urbano.

✓ nº. 002, 08 de agosto de 1997
Dispõe sobre a elaboração do *Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio* e o desempenho de atividades correlatas.

✓ n. 004, 12 de setembro de 1997
Dispõe sobre habilitação para atender dispositivo 9.3.1.1.da NR-9,Portaria nº 3.817/88, do Ministério do Trabalho(Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA)

✓ n. 001, 14 de abri de 2000 (2)
Institui o "Diploma do Mérito da Engenharia, Arquitetura e Agronomia e o Livro do Mérito do CREA/RS".

Observação:

(1) Pela regulamentação da época, os Creas estavam autorizados a publicar os Atos Normativos no Diário Oficial antes de submetê-los ao Confea.

(2) A partir de 16/12/1999 (Resolução n. 440), os atos normativos dos Regionais passaram a ser nomeados em ordem seqüencial pelo Confea, após a homologação.

1.7 Instruções da presidência em vigor

✓ n. 050, de 11 de julho de 2003
Mantém aos Engenheiros Civis e Arquitetos a atribuição de projeto e execução de instalações elétricas prediais em baixa tensão

1.8 Normas das Câmaras Especializadas

1.8.1 - Câmara de Engenharia Civil

Normas de Fiscalização

✓ Norma 001/2006
Dispõe sobre o exercício profissional das atividades de instalações elétricas prediais em baixa tensão e sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).